

CONTAS PÚBLICAS

Dívida Pública

União tem superávit com receita não explicada

Ministério ainda vai esclarecer como chegou ao saldo primário positivo de R\$ 5 bilhões em 98

LILIANA ENRIQUETA LAVORATTI

BRASÍLIA – O governo federal (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) alcançou em 1998 a meta de superávit primário de R\$ 5 bilhões, de acordo com informações preliminares encaminhadas pelo Ministério de Orçamento e Gestão à Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

O saldo positivo entre as receitas e as despesas (exceto os gastos com juros da dívida pública interna) foi beneficiado por uma arrecadação adicional de R\$ 2,1 bilhões não detalhada no documento do ministério – que ainda será explicada ao Congresso – e pelo efeito da metodologia de apuração do resultado primário.

Ontem, o ministro do Orçamento e Gestão, Paulo Paiva, não soube explicar essa receita adicional com o argumento de que os dados são preparados pelo Tesouro Nacional.

As receitas totais foram de R\$ 184,4 bilhões e as despesas ficaram em R\$ 154,4 bilhões. A arrecadação líquida total – depois de descontadas as transferências para Estados e municípios, de R\$ 27,9 bilhões – foi de R\$ 156,5 bilhões.

Além das receitas de tributos, ingressaram no caixa do Tesouro Nacional R\$ 9,4 bilhões de recursos da privatização, R\$ 1,6 bilhão de participações e dividendos da União nas estatais e R\$ 1,8 bilhão de recursos da conta petróleo (diferença entre os preços dos combustíveis cobrados pela Petrobrás e o custo).

Previdência – O item das despesas que mais cresceu foram os benefícios da Previdência Social, que subiram 14,7% em relação ao ano anterior, saltando de R\$ 46,8 bilhões para R\$ 53,7 bilhões. Mas o déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) manteve-se no nível do ano anterior – R\$ 7,6 bilhões. A razão é que a arrecadação também subiu, atingindo R\$ 46,1 bilhões, cerca de R\$ 2 bilhões mais do que foi recolhido em 1997.

O custeio da máquina administrati-

va e os investimentos do governo federal (obras e programas, entre os quais Brasil em Ação) subiram 11,5% no ano passado, em relação a 1997.

Essas despesas com a administração saltaram de R\$ 48,6 bilhões para R\$ 54,2 bilhões de um ano para outro. A folha de pagamento do pessoal e os encargos sociais, que englobam o pagamento de aposentadorias e pensões dos inativos do serviço público federal, cresceram 7% em 1998. Esse item dos gastos saiu de R\$ 43,2 bilhões em 1997 para R\$ 46,4 bilhões no ano passado.

Estranho – O deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG) estranhou que os dados oficiais contenham R\$ 2,1 bilhões de receitas adicionais não especificadas.

“Parece conta de chegada”, afirmou o parlamentar. O secretário-executivo do Ministério de Orçamento e Gestão, Martus Tavares, negou a suspeita do deputado. “Não há dúvida sobre esse resultado: o superávit pri-

mário de R\$ 5 bilhões foi atingido”, disse. “Do contrário não teríamos ampliado os limites dos gastos dos ministérios no início de dezembro.”

Receitas adicionais – Martus acrescentou que as receitas adicionais serão detalhadas pela Receita Nacional e Tesouro Nacional na próxima reunião da Comissão de Controle e Gestão Fiscal (CCF).

Entre esses recursos podem estar os saldos dos exercícios anteriores de vários fundos, como o Fundo da Marinha Mercante, que são revertidos para o Tesouro Nacional, que somam cerca de R\$ 1,2 bilhão.

Além disso, existem R\$ 401 milhões de depósitos abandonados pelos correntistas no Plano Collor, que são incorporados por lei ao caixa do governo federal.

A tabela do Ministério de Orçamento e Gestão mostra que R\$ 2,9 bilhões do superávit primário de R\$ 5 bilhões resultaram do “ajuste” na me-

todologia de cálculo.

Do total das despesas foram descontados R\$ 873 milhões da parcela das transferências aos fundos constitucionais regionais que se transformam em ativos da União.

Também foram retirados dos gastos totais mais R\$ 1,3 bilhão correspondente a despesas financeiras e, portanto, são depurados da apuração do resultado primário, que exclui gastos financeiros.

Foram excluídos ainda dos gastos totais R\$ 703 milhões do float – os desembolsos feitos de um ano para outro que ainda não foram realizados.

O setor público consolidado – União, Estados, municípios e empresas estatais – fechou o ano passado com um déficit nominal em torno de 8% do Produto Interno Bruto (PIB), algo em torno de R\$ 60 bilhões.

Pelo conceito de déficit nominal, é medido o resultado das contas públicas de todo o setor público e levando em consideração o endividamento, pois são computados os juros da dívida interna e externa. Os últimos resultados oficiais mostraram que de janeiro a outubro do ano passado o déficit nominal consolidado era de 7,45% do PIB (R\$ 56 bilhões).

DEPUTADO
ACHA QUE É
“CONTA DE
CHEGADA”